TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS PAULÍNIA S.A.

CNPJ/MF nº 28.978.543/0001-05

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Palavras do Diretor Geral

A Opla terminou a Safra 2020/21 com sólida performance operacional e financeira, consolidando sua posição como um dos principais terminais de armazenagem e movimentação de etanol do Brasil. Na Safra 2020/21, a Companhia totalizou R$ 26,4 milhões de receita líquida, R$ 12,9 milhões de EBITDA, o que nos permitiu encerrar a Safra com R$ 4,6 milhões de lucro líquido, reflexo do crescimento de mais de 20% na receita líquida e da nossa disciplina financeira na contenção de custos fixos, pilares fundamentais da nossa estratégia. O fluxo de caixa livre, uma prioridade para a Companhia, foi positivo, totalizando R$ 10,4 milhões na Safra 2020/21.

Mesmo diante de uma Safra mais açucareira e em meio a uma grave pandemia, conseguimos superar os desafios de mercado, com crescimento no número de clientes ativos de 7 para 15, conseguimos ainda aumentar a participação da receita de terceiros sobre a receita total de 9% para 24%, com apenas 5% da tancagem disponível para este fim, o que permitiu ao Opla girar 3,5 vezes a sua tancagem ante recorde anterior de 2,1 vezes.

No aspecto de Segurança tivemos um bom ano com redução das taxas de incidentes e redução da quantidade e gravidade dos desvios. Com relação a Pandemia da COVID-19, encerramos o ano com 11 casos próprios e 01 de terceiro, todos sem gravidade. Os casos de contaminação foram relacionados a eventos externos ao Opla, o que reforçou a efetividade das medidas implementadas por nós no enfretamento da pandemia e o nosso compromisso e respeito com a vida.

A Safra 2020/21 também ficou marcada pela entrada do Opla, em setembro de 2020, nas operações ferroviárias de etanol, através da implementação da interligação dutoviária com o terminal da Rumo em Paulínia. A partir de um investimento de cerca de R$ 4,0 milhões, foi possível realizar um volume de movimentação de 200 mil m³ no período de setembro/20 a março/21 ante um orçamento de 178 mil m³. Este investimento tornou o Opla o maior e mais versátil terminal de etanol de São Paulo, com conexões dutoviárias com os sistemas Logum e Transpetro e com conexão ferroviárias para atender os Operadores Ferroviários Rumo e VLI.

Ao longo da Safra que se encerrou em março de 2021, revisitamos e atualizamos o nosso plano estratégico de crescimento, atualizando as premissas de mercado e os projetos para o redirecionamento estratégico dos nossos investimentos. Além disso, obtivemos as licenças de implantação da Fase I do nosso projeto junto a CETESB e ANP, o que nos habilitou a desenvolver projetos para operarmos com outros combustíveis além do etanol.

Acreditamos que apesar de desafiador no curto prazo o cenário de mercado segue atrativo para as próximas Safras, e somamos a isso o avanço da vacinação contra a COVID-19 e a consequente retomada da economia brasileira, fatores que devem incentivar ainda mais a demanda por armazenagem e movimentação de combustíveis e consolidar a nossa missão de prover soluções logísticas integradas para este segmento, suportada pelos nossos valores e visando a diversificação sustentável dos nossos negócios.

Investimentos

Na safra finalizada em março de 2021, a Opla expandiu sua capacidade de negócios com a construção de uma interligação ferroviária com o terminal da Rumo através de um duto bidirecional que também permitirá o desenvolvimento de novos negócios com o Terminal Tercom de Paulínia.

A construção da interligação ferroviária através de um duto bidirecional teve investimento de R$ 4,4 milhões.

Com a consolidação de mais este investimento, a Opla dá um passo importante na sua missão estratégica de prover soluções logísticas integradas de armazenagem e movimentação para o segmento de biocombustíveis.

Segurança

Na Safra 2020/21, nossa taxa de incidentes por milhão de m³ movimentado baixou de 7 para 4, com consequente redução da gravidade dos eventos.

Além disso, tivemos redução no número de desvios registrados em função das diversas campanhas de conscientização e premiação implementadas, contribuindo para termos uma operação mais segura, confiável e alinhada com os nossos valores de Respeito a Vida e ao Meio Ambiente e de Sustentabilidade.

Operação

Pela primeira vez superamos a marca de 1,0 milhão de litros movimentados no Opla. Foi mais uma Safra de muitos recordes de movimentação. Desta vez, realizamos uma movimentação de 1,2 milhão de litros, na Safra anterior foi de 0,73 milhão de litros. Um crescimento expressivo de 66%, que foi realizado através da utilização de três modais de transportes, sendo: 53% pelo modal rodoviário, 34% pelo modal dutoviário e 13% pelo modal ferroviário inaugurado em setembro de 2020.

O Opla também atingiu na Safra 2020/21 o patamar de 3,5 giros sobre a elevada tancagem existente ante 2,1 giros da Safra anterior, o que mostra a assertividade do desenvolvimento das operações de giro.

Para o atingimento destes expressivos números, foram necessárias realizações de ajustes de capacidade, implantação de melhorias tecnológicas, adequações de grades operacionais, bem como otimização de processos através da metodologia de "*lean manufecture*".

Financeiro

Executando a estratégia de crescimento e entregando resultados sólidos e consistentes, a Opla atingiu na safra concluída em março de 2021 um lucro líquido de R$ 4,6 milhões que, operacionalmente, adicionando os efeitos não recorrentes gerados pela holding TCE incorporada na safra anterior, representa um crescimento de 97% com relação ao exercício anterior.

Para passar pelo momento mais agudo do enfrentamento da pandemia, foi necessário reforçar o nosso caixa com a entrada de R$ 12 milhões em empréstimos de curto prazo, o que nos permitiu operar o caixa com relativa tranquilidade durante todo o exercício fiscal.

Na esteira dos bons números, o resultado financeiro alcançado foi de 1,3 milhão, demonstrando redução de 20% com relação ao exercício anterior, seguindo a estratégia de redução de despesa e alongamento do perfil da dívida.

Endividamento

No encerramento do exercício safra 2020/21, a companhia registrou queda no endividamento bruto, ou seja, considerando apenas os empréstimos e financiamentos contratados a redução foi de R$16 milhões.

Com destaque para a finalização dos contratos do BNDES e início de amortização da operação de capital de giro contratado em 2019, o que nos permitiu atingir o endividamento de 2,25 x EBITDA ao fim da Safra 2020/21, menor índice de todos os tempos do Opla.

Olhando para o futuro, seguiremos focados na estratégia de alongamento do perfil da nossa dívida, na melhoraria da nossa estrutura de capital e dos índices de liquidez e alavancagem, para que possamos suportar novas demandas de capex dos projetos de crescimento de forma sustentável.

Para execução destes macros objetivos, pontuamos que estamos fortalecendo as parcerias com as instituições financeiras parceiras e com novas instituições a partir de um excelente histórico de resultados e da nossa capacidade de executar a nossa estratégia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.330	5.620
Contas a receber de clientes	7	1.447	994
Impostos e contribuições a recuperar	8	–	842
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	627	471
Adiantamentos a fornecedores		27	371
Outras contas a receber		567	572
Total do ativo circulante		7.998	8.870
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	9	393	283
Imobilizado	10	126.955	129.965
Intangível	11	123	188
Total do ativo não circulante		127.471	130.435
Total do ativo		135.469	139.305

Passivo	Nota	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores	12	858	2.304
Empréstimos e financiamentos	13	10.752	13.926
Obrigações sociais e trabalhistas		656	489
Impostos e contribuições a recolher	15	550	252
Dividendos a pagar		1.085	723
Outras contas a pagar	16	1.786	858
Total do passivo circulante		15.687	18.552
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	19.546	24.000
Total do passivo não circulante		19.546	24.000
Patrimônio líquido			
Capital social		72.641	72.641
Reserva de capital		21.792	21.792
Reserva legal		381	152
Reserva de lucro		5.422	2.168
Total do patrimônio líquido	18	100.236	96.753
Total do passivo		35.233	42.552
Total do passivo e patrimônio líquido		135.469	139.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de março de 2018 (Não auditado)	10	–	–	–	(1)	9
Integralização de capital	500	–	–	–	–	500
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.173)	(1.173)
Em 31 de março de 2019 (Não auditado)	**510**	**–**	**–**	**–**	**(1.174)**	**(664)**
Incorporação da TCE Participações S.A.	72.131	21.792	–	–	–	93.923
Lucro do exercício	–	–	–	–	4.217	4.217
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	–	152	–	(152)	–
Dividendos a pagar	–	–	–	–	(723)	(723)
Reserva de lucro	–	–	–	2.168	(2.168)	–
Em 31 de março de 2020	**72.641**	**21.792**	**152**	**2.168**	**–**	**96.753**
Lucro do exercício	–	–	–	–	4.568	4.568
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	–	228	–	(228)	–
Dividendos a pagar	–	–	–	–	(1.085)	(1.085)
Reserva de lucro	–	–	–	3.254	(3.254)	–
Em 31 de março de 2021	**72.641**	**21.792**	**381**	**5.422**	**–**	**100.236**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Receita de prestação de serviço	19	26.406	21.840
Custo da prestação de serviço	20	(12.828)	(8.880)
Lucro bruto		13.578	12.960
Despesas administrativas	21	(5.217)	(4.990)
Outras despesas/receitas	22	19	(26)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		8.379	7.944
Receitas financeiras	23	197	436
Despesas financeiras	23	(1.484)	(1.877)
Resultado financeiro líquido		(1.287)	(1.441)
Resultado antes dos impostos		7.091	6.503
Imposto de renda e contribuição social correntes	9 b.	(2.634)	(1.969)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 b.	110	(317)
Lucro líquido do exercício		4.568	4.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro do exercício	4.568	4.217
Resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**4.568**	**4.217**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Resultado do exercício	4.568	4.217
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	5.432	2.663
Impostos diferidos	(110)	317
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.473	1.712
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição de contas a receber de clientes	(453)	(693)
Diminuição em adiantamento de clientes	–	(11.500)
Diminuição de impostos e contribuições a recuperar	686	2.689
Aumento em outras contas a receber	6	(272)
Aumento de fornecedores	(1.445)	(18)
Aumento em adiantamento de fornecedores	344	(17.254)
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	167	143
Aumento de impostos e contribuições a recolher	2.973	346
Aumento em outras contas a pagar	927	24
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(1.475)	(1.681)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.675)	(2.106)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**10.416**	**(21.413)**
Aplicação de recursos em imobilizado	(2.358)	(2.487)
Caixa líquido usados nas atividades de investimentos	**(2.358)**	**(2.487)**
Caixa adquirido na incorporação	–	171
Empréstimos e financiamentos tomados	12.000	30.800
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(19.626)	(5.530)
Pagamento de dividendos	(723)	–
Caixa líquido usados nas atividades de financiamento	**(8.348)**	**25.441**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(290)**	**1.541**
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa		
No final do exercício	5.330	5.620
No início do exercício	5.620	4.079
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(290)**	**1.541**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional

A Companhia, constituída em 09 de junho de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado que possui como atividade preponderante o armazenamento de produtos e mercadorias em geral, em especial etanol, na cidade de Paulínia e participação em outras sociedades civis, comerciais, como sócia, acionista ou quotista. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, destacamos a geração de lucro e caixa durante o exercício findo em 31 de março de 2021, o desiquilíbrio entre os passivos circulantes e os ativos circulantes que totaliza 7.689 em 31 de março de 2021, será equalizado com novas captações, no mês de Maio de 2021 foi realizada a captação de R$ 3,5MM e a partir do mês de Julho de 2021 o caixa da empresa começa a ser gerido totalmente pela operação da empresa o que normalizará esse o desequilíbrio ocorrido em 31 de março de 2021. **Pandemia Covid 19:** A pandemia da Covid-19 trouxe aos mercados em geral (financeiro, de câmbio e de commodities) significativa volatilidade, com impactos diretos de redução de consumo e também um clima de grande incerteza sobre o futuro. No Brasil houve um impacto mais relevantes a partir de Março/2020, porém, tivemos pouco efeito nas operações da Companhia, que continuou operando normalmente. A Companhia tomou uma série de ações para gerenciamento estruturado do ambiente de negócios neste contexto. Foi constituído um comitê de contingência, além da viabilização do trabalho remoto para os funcionários administrativos. Os times de operação trabalham de forma a garantir a continuidade das operações, atendendo rigorosas medidas estabelecidas para preservar a saúde e o bem-estar de todos. Dentre as quais, merecem destaque: • Afastamento de colaboradores pertencentes ao grupo de risco; • Afastamento de colaboradores com sintomas gripais; • Comunicação reforçada relacionada a ações preventivas e de higiene; • Higienização diária executada por empresa especializada nos ambientes de maior fluxo de movimentação; • Aferição da temperatura corporal de todos os colaboradores e prestadores de serviços na chegada ao Terminal e filtro prévio de sintomas da COVID-19 através da apresentação obrigatória da ferramenta de Cartão Digital para acesso às instalações da Companhia; • Implantação de sistema de rodízio para uso dos vestiários e refeitório, mantendo o distanciamento físico adequado; • Obrigatoriedade na utilização de máscaras para todos os colaboradores dentro dos terminais e utilização de luvas para os colaboradores faturistas que manuseiam documentação de terceiros, bem como a orientação para a utilização e descarte de máscaras/luvas de forma adequada; • Distribuição de álcool em gel 70% em todas as áreas; e • Campanha de vacinação contra a gripe para todos os colaboradores com opcional para seus dependentes. Reforçando o compromisso com a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores, a Companhia realizou as seguintes ações: • Contratação de um programa para acompanhamento da saúde, Covida, o mesmo oferece aos colaboradores e terceiros, um serviço de orientação médica on-line, para sintomas de baixa urgência, disponível 24h por dia, 7 dias por semana; • Contratação do programa de apoio pessoal, fornecido pela Auster em parceria com a Alelo, oferecendo aos nossos colaboradores, seus dependentes e terceiros, apoio psicológico, orientações financeiras e do âmbito jurídico, focando na proteção do capital humano, através do fortalecimento do equilíbrio emocional, do clima e da prevenção, visando a sua saúde física e mental. A direção da companhia acompanha atentamente a todos os eventos e desdobramentos relacionados ao COVID-19 tomando as medidas necessárias para a apropriada gestão e minimização de potenciais impactos aos negócios.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC). Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos, sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 4.c.iii: vida útil do ativo imobilizado; • Nota Explicativa nº 14: instrumentos financeiros. **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2021 que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 9: dos ativos e passivos fiscais diferidos; **d. Mensuração do Valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 40 (item 27a.c.) A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao exercício apresentado nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Receita de prestação de serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término do período de armazenamento e pela locação de imóvel, sendo a atividade principal da companhia o armazenamento de combustível. **b. Imposto de renda e contribuição social:** O encargo de imposto sobre a renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(i) Imposto diferido:*** O imposto diferido é calculado sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, bem como sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido na medida que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***(ii) Exposições fiscais:*** Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, levando a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e, consequentemente, impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas. **c. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias de operação, desmontagem e restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro e o custo de manutenção são contabilizados no resultado do exercício conforme incorrido. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é reconhecida no resultado utilizando-se o método linear em relação às vidas úteis estimadas. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As taxas médias anuais ponderadas estimadas individuais e consolidadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2020 e 2021
Máquinas e equipamentos	2,86%
Equipamentos de processamento de dados	19,52%
Móveis e utensílios	6,95%
Veículos	8,50%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **d. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro:*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **e. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme proposta da Administração e deliberação em AGO, são reconhecidos como passivo até a efetivação do pagamento. **f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a. Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **b. Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06):** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: • mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento. ***(i) Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa:*** As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro. ***(ii) Divulgação:*** As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas. ***(iii) Transição:*** A Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1 de Janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores. **c. Outras Normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16). • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). • IFRS 17 Contratos de Seguros.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Banco - conta movimento	239	175
Aplicações financeiras	5.091	5.445
Total	**5.330**	**5.620**

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda fixa, remunerados por aproximadamente 95,92% da variação de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2021 (101% em 31 de março de 2020), possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 14.

7. Contas a receber de clientes

	Nota	2021	2020
Contas a receber mercado interno		1.088	153
Partes relacionadas	17	359	841
Total		**1.447**	**994**

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 14. Os critérios para avaliação das "perdas de crédito esperadas" estão divulgados na Nota Explicativa nº 4 (f). A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A análise do vencimento das contas a receber e financiamentos a clientes é como segue:

	2021	2020
A vencer	1.380	567
Vencidas:		
Até 30 dias	67	427

8. Impostos e contribuições a recuperar

a) Movimentação de impostos e contribuições a recuperar:

	2021	2020
COFINS	–	670
PIS	–	147
ICMS	–	25
Total de impostos e contribuições a recuperar	**–**	**842**

b) Movimentação de imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	2021	2020
IRPJ	460	361
CSLL	167	110
Total imposto de renda e contribuição social a recuperar	**627**	**471**

9. Ativo fiscal diferido

Impostos diferidos de ativos foram atribuídos da seguinte forma:

	2021	2020
Provisão participação nos lucros	393	283
Total	**393**	**283**

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas.

a. Movimentação dos saldos ativos fiscais diferidos:

	Reconhecidos no resultado	2021	Reconhecidos no resultado	2020	Reconhecidos no resultado	2019
Prejuízo fiscal e base negativa			(1.240)		(1.239)	
Provisão participação nos lucros	324	1.155	305	831	526	1.765
Porcentagem	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto diferido líquido	**110**	**393**	**(317)**	**283**	**(242)**	**600**

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido foram gerados fundamentalmente em decorrência dos resultados apurado pela Companhia. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	7.091	6.503
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(2.411)	(2.211)
Adições Permanentes:		
Remuneração variável	(172)	(134)
Diferença adicional IRPJ - 10%	24	30
Outras	(9)	(5)
Exclusões Permanentes:		
Deduções do IRPJ - PAT	45	34
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(2.524)**	**(2.286)**
Alíquota efetiva	**35%**	**35%**
Impostos correntes	(2.634)	(1.969)
Impostos diferidos	110	(317)

10. Imobilizado

	Terrenos	Construções e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Bens em construções	Total
Custo ou custo atribuído								
Em 2019 (Não auditado)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**223**	**223**
Adições	–	51	71	25	17	49	3.373	3.586
Transferências (via incorporação reversa)	10.094	38.842	89.560	108	176	28	(67)	138.741
Em 2020	**10.094**	**38.893**	**89.631**	**133**	**193**	**77**	**3.529**	**142.551**
Adições	–	–	44	45	9	–	2.312	2.410
Alienações	–	–	(56)	–	–	–	–	(56)
Transferências	–	4.218	233	5	–	–	(4.451)	5
Em 2021	**10.094**	**43.111**	**89.852**	**183**	**202**	**77**	**1.390**	**144.909**
Depreciações								
Em 2019 (Não auditado)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Depreciações do período	–	(424)	(2.190)	(16)	(9)	(7)	–	(2.646)
Transferências (via incorporação reversa)	–	(1.621)	(8.249)	(33)	(29)	(8)	–	(9.941)
Em 2020	**–**	**(2.045)**	**(10.439)**	**(49)**	**(38)**	**(15)**	**–**	**(12.586)**
Depreciações do período	–	(935)	(4.382)	(37)	(18)	(9)	–	(5.381)
Alienações	–	–	13	–	–	–	–	13
Em 2021	**–**	**(2.980)**	**(14.808)**	**(86)**	**(56)**	**(24)**	–	**(17.954)**
Valor Contábil								
Saldo 2019 (Não auditado)	**–**	–	**–**	–	**–**	**–**	**223**	**223**
Saldo 2020	**10.094**	**36.848**	**79.191**	**84**	**156**	**62**	**3.529**	**129.965**
Saldo 2021	**10.094**	**40.131**	**75.044**	**97**	**146**	**53**	**1.389**	**126.955**

Revisão da vida útil: A Companhia revisou em 31 de março de 2021 a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 4.c . **Valor recuperável do ativo imobilizado:** A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para o exercício findo em 31 de março de 2021 a companhia não identificou indicadores de desvalorização dos ativos.

11. Intangível

	Softwares	Total
Custo		
Em 2019 (Não auditado)	–	–
Adições	103	103
Transferências	267	267
Em 31 de março de 2020	**370**	**370**
Em 31 de março de 2021	**370**	**370**
Amortizações		
Em 2019 (Não auditado)	–	–
Amortizações do período	(17)	(17)
Transferências	(165)	(165)
Em 31 de março de 2020	**(182)**	**(182)**
Amortizações do período	(65)	(65)
Em 31 de março de 2021	**(247)**	**(247)**
Valor Contábil		
Saldo em 31 de março de 2019	–	–
Saldo em 31 de março de 2020	**188**	**188**
Saldo em 31 de março de 2021	**123**	**123**

Valor recuperável do ativo intangível: A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para o exercício findo em 31 de março de 2021 a companhia não identificou indicadores de desvalorização dos ativos intangíveis.

12. Fornecedores

	Nota	2021	2020
Fornecedores no mercado interno		762	2.086
Partes relacionadas	17	96	217
Total		**858**	**2.304**

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 14.

13. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 14.

continua ☆

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS PAULÍNIA S.A. *(Em milhares de Reais)*

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2021	2020
CCB - Cédula de Crédito Bancário	R$	Pós-fixado/CDI	6,75%	2021 a 2022	10.752	6.036
CCB - Cédula de Crédito Bancário	R$	Pós-fixado/CDI	6,75%	2022 a 2024	19.546	24.000
BNDES-FINAME	R$	Taxa Pré-fixada	2,5%	2021	–	7.890
Total de empréstimos e financiamentos					**30.298**	**37.926**
Passivo circulante					**10.752**	**13.926**
Passivo não circulante					**19.546**	**24.000**

Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2021

Até 6 meses	5.397
Entre 6 meses e 1 ano	5.355
Entre 1 ano e 2 anos	7.546
Entre 2 anos e 5 anos	12.000
Total	**30.298**

A Companhia não possui cláusulas restritivas (*Covenants* financeiros) em seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes. ***Garantias:*** Garantias são fornecidas na contratação de linhas de financiamentos bancários necessários para manter o equilíbrio de caixa. As garantias e Modalidade de Financiamentos são as seguintes:

Modalidade de financiamento	Garantia	Vencimento	2021	2020
CCB (em BRL)	Cessão Fiduciária dos contratos de recebíveis	2021 a 2024	27.166	30.036
CCB (em BRL)	Aplicação de R$ 1.8 M	2021 a 2022	3.132	–
BNDES - FINAME (em BRL)	Alienação Fiduciária dos equipamentos financiados	2021	–	7.890
			30.298	**37.926**

(i) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento:

	Passivo Empréstimos e financiamentos	Ativo Caixa	Total
Em 01 de abril de 2019 (Não auditado)	**–**	**–**	**–**
Captação	30.800	–	30.800
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.530)	–	(5.530)
Caixa oriundo de incorporação reversa	–	171	171
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**25.270**	**171**	**25.441**
Outras variações			
Adição oriunda da incorporação reversa	12.624	–	12.624
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.712	–	1.712
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(1.681)	–	(1.681)
Total das outras variações	**12.655**	**–**	**12.655**
Em 31 de Março de 2020	**37.926**	**171**	**38.096**
Captação	12.000		12.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(19.628)	(171)	(19.799)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**30.298**	**–**	**30.298**

14. Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo: ***Valor justo versus valor contábil:*** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo		Valor contábil 2021	Valor contábil 2020	Valor justo 2021 Nível 2	Valor justo 2020 Nível 2
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	5.091	5.445	5.091	5.445
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	Custo amortizado	239	175	–	–
Contas a receber	Custo amortizado	1.447	994	–	–
Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado	27	371	–	–
Outras contas a receber	Custo amortizado	566	572	–	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Dividendos	Custo amortizado	1.085	723	–	–
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	30.298	37.926	–	–
Fornecedores	Custo amortizado	858	2.304	–	–
Outras contas a pagar	Custo amortizado	1.786	858	–	–

A tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 2 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na Nota Explicativa nº 2 d. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **b. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. ***Risco de crédito:*** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. ***Exposição a riscos de crédito:*** A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	Nota	2021	2020
Banco - Conta movimento		239	175
Aplicações financeiras		5.091	5.445
Contas a receber	**7**	1.447	994
Outras contas a receber		566	572

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 ano e 2 anos	Entre 2 anos e 5 anos
Em 2021					
Dividendos a pagar	1.085	–	1.085	–	–
Fornecedores	858	858	–	–	–
Empréstimos e financiamento	30.298	5.397	5.355	7.546	12.000
Outras Contas a Pagar	1.786	1.786	–	–	–
Em 2020					
Dividendos a pagar	723	723	–	–	–
Fornecedores	2.304	2.304	–	–	–
Empréstimos e financiamento	37.926	7.752	6.174	6.000	18.000
Outras Contas a Pagar	858	858	–	–	–

Instrumentos de taxa fixa: A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. ***Instrumentos de taxa variável:*** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados às taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. ***Risco de mercado:*** Devido a remuneração do açúcar no mercado internacional, os produtores adotaram a estratégia de aumentar o mix para o açúcar para conseguirem melhores remunerações no comparativo com o etanol. Já no mercado interno, a alta dos preços do Petróleo faz com que a Petrobrás acompanhe o preço do mercado internacional aumentando o preço da gasolina. Neste necessário diminui a procura por tancagem para o mercado de carrego, já que a produção do etanol está menor. Também faz sentido escoar etanol diretamente pelas Usinas para aproveitar a paridade favorável ao biocombustível. ***Risco de taxa de juros:*** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI). ***Perfil:*** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Risco	Valor contábil 2021	Valor contábil 2020
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		858	2.304
Empréstimos e financiamentos		–	7.890
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	5.091	5.445
Empréstimos e financiamentos	CDI	30.298	30.036

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R$ 5.330 de aplicações financeiras e R$ 30.298 de empréstimos e financiamentos a CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2021. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 31/03/2021	Risco	Cenários Provável %	Provável Valor	Redução do Índice em 25% Valor	Redução do Índice em 50% Valor
Ativo Financeiros						
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	5.330	Redução CDI	3%	5.503	5.460	5.417
Passivos Financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(30.298)	Redução CDI	5%	(31.813)	(31.434)	(31.055)
Resultado financeiro projetado				(26.310)	(25.974)	(25.639)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					335	671

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/03/2021	Risco	Cenários Provável %	Provável Valor	Aumento do Índice em 25% Valor	Aumento do Índice em 50% Valor
Ativo financeiros						
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	5.330	Aumento CDI	3%	5.503	5.547	5.590
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(30.298)	Aumento CDI	5%	(31.388)	(32.192)	(32.570)
Resultado financeiro projetado				(26.310)	(26.645)	(26.981)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					(335)	(671)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando a mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim a eficácia de custos, evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

15. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
COFINS	84	16
PIS	18	3
ICMS	38	7
ISS	61	29
Total circulante	**201**	**56**
IRPJ	259	145
CSLL	91	51
Total circulante	**350**	**196**
Total Impostos e contribuições a recolher	**550**	**252**

16. Outras contas a pagar

	2021	2020
Fornecedores	744	27
Bônus	1.041	831
Total circulante	**1.786**	**858**

17. Partes relacionadas

Ativo circulante	Nota	2021	2020
Contas a receber (a)			
BP Biofuels Trading Comércio e Exportação		161	204
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo		3	177
Copersucar S.A.		195	460
	7	**359**	**841**
Passivo circulante			
Fornecedor (b)			
Copersucar S.A.		96	217
	12	**96**	**217**
Valor da transação no exercício			
Venda de serviços (c)			
Copersucar S.A.		2.277	2.097
BP Biofuels Trading, comércio, importação		16.756	14.184
Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo		7.320	7.751
	19	**26.353**	**24.032**

Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Controladora e as partes relacionadas do Grupo Copersucar S.A.:

(a) Valores ativos - Contas a receber decorrente de armazenamento.

(b) Valores passivos - Outras contas a pagar.

(c) Venda de serviços - Vendas de serviços decorrentes de contratos de serviços.

18. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia é de 72.641 em 31 de março de 2021,representado por 33.915.816 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, o capital social da Companhia permanece com a mesma representação de 31 de março de 2020.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O estatuto social da Companhia não determina ou fixa a distribuição de lucros, a Administração propõe o percentual de distribuição após a constituição das reservas determinadas por lei e esta proposta é deliberada e aprovada em conjunto com a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2021

Lucro líquido do exercício	**4.568**
Reserva legal	(228)
Lucro líquido do exercício ajustado	**4.339**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25%
Dividendo Proposto	(1.085)
Reserva de lucro	**3.254**

19. Receita de prestação de serviço

Fluxos da receita

A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviços de aluguel, armazenagem e expedição.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2021	2020
Receitas brutas fiscal - Prestação de serviço	30.787	25.468
Dedução:		
Impostos sobre serviço	(4.383)	(3.628)
	26.406	**21.840**

Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas por categoria de serviços.

	2021	2020
Desagregação por categoria de serviço		
Armazenagem e expedição	30.748	25.462
Locação de imóvel	39	6
Total receita de serviços	**30.787**	**25.468**

20. Custo da prestação de serviço

	2021	2020
Custos com gastos gerais	(5.306)	(4.169)
Custo com depreciação	(4.882)	(2.354)
Custo com pessoal	(2.255)	(2.183)
Custo com materiais	(385)	(174)
Total custo da prestação de serviço	**(12.828)**	**(8.880)**

21. Despesas administrativas

	2021	2020
Salários e outras remunerações	(3.040)	(2.556)
Imóveis	–	(1.274)
Gastos com serviços de terceiros	(2.007)	(1.052)
Depreciação e amortização	(170)	(108)
Total despesas administrativas	**(5.217)**	**(4.989)**

22. Outras despesas/receitas

	2021	2020
Outras despesas	(77)	(30)
Outras receitas	96	4
Total outras despesas/receitas	**19**	**(26)**

23. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Juros ativos	153	425
Fornecedores	44	11
Receitas financeiras	**197**	**436**
Juros passivos	(1.477)	(1.712)
Encargos e multas	–	(152)
Outras despesas financeiras	(8)	(13)
Despesas financeiras	**(1.484)**	**(1.877)**
Total do resultado financeiro líquido	**(1.287)**	**(1.441)**

DIRETORIA

CEO: **André Luiz Santana Leal -** CPF: 495.132.905-06

CFO e Contador: **Elzie Cristiane Bonifácio Rosalen** - CPF: 218.167.568-65 - CRC: SP-322741/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A.
Paulínia - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal de Combustíveis Paulínia S.A. em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa n° 17 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governação pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 09 de junho de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani
Contador - CRC 1SP229193/O-2